

## Empirismo

- Experiência como fonte do conhecimento
- Ideia da tábula rasa
- Não existem as ideias inatas
- Thomas Hobbes
- 1588 a 1679

## Características

- Jus naturalista
- Anticlerical
- Homem – fruto da Natureza
- Estado de natureza – guerra constante; não há propriedade privada
- Insegurança e violência empirista: o conhecimento é fruto da experiência sensível
- Racionalismo – explicação racional para o Estado

## É um pacto de submissão

### Contrato social

- Permite firmar o Estado e instituir a ordem pública
- Racionalismo do Estado absolutista
- Não se pode restringir a autoridade do Estado, pois este é provedor e preservador do gênero humano, resultado de um contrato imposto pela força. Todas as vontades se reduzem a uma só vontade, a vontade do Estado.
- O Leviatã é o Estado, um deus mortal sob um deus imortal. O poder do soberano é alcançado pela guerra, pela força natural ou pelo contrato social.
- O pior governo de um Estado é preferível ao estado de natureza.

## Homo homini lúpus

- O Homem é o lobo do Homem

## Bellum omnium contra omnesi

- A guerra de todos contra todos
- A submissão do súdito equivale à obrigação e à liberdade.
- O contrato social é firmado pelo medo e pelo desejo de paz, formando um Homem Artificial.
- Razão e Paixão
- Razão: associação de ideias percebidas pelos sentidos, busca a realização dos desejos
- Paixão: movimentos motores e o resultado de experiências adquiridas pelos sentidos
- Conduz a anarquia criada por seus desejos individuais: Máquina humana

## Características burguesas da obra

- Direitos naturais: expressam o conflito contra a nobreza e seus direitos divinos
- Contrato social: caráter comercial e mercantil
- Pacto: garantia dos direitos individuais, sua conservação e propriedades
- Estado: garantia dos interesses particulares

## Elementos do pensamento burguês e liberal:

- Individualismo
- Garantia da propriedade
- Segurança da paz para a segurança dos negócios

## As origens, a natureza, a finalidade e a importância dos Estados, dos governos e das instituições no decorrer do desenvolvimento humano

- 1ª preocupação
- Classifica os governos e explica as suas estruturas em termos de ideal e de realização

- 2ª preocupação
- Elabora utopias enquanto ideias da realidade política
- 3ª preocupação
- Procura relacionar o indivíduo e o governo em termos de poder, de obediência e de liberdade, controle, supressão e censura
- 4ª preocupação
- Define os direitos mútuos dos Estados
- 5ª preocupação
- Analisa os valores sociopolíticos, tais como a justiça, a igualdade, a liberdade, os direitos, a posse e o uso da propriedade
- 6ª preocupação
- Concluiu que não se deve colocar restrições à autoridade do Estado, defendendo-o, ainda, das ingerências eclesiásticas
- Todos devem submeter sua vontade à vontade dos representantes.

*Eu renuncio o meu direito de me governar em favor deste homem ou desta assembleia de homens sob a condição de que tu renunciás ao teu direito em favor dele e que autorizes todas as suas ações da mesma maneira.*

- A liberdade de que falam os gregos e os romanos não é a liberdade individual, mas sim a liberdade do Estado. Cada Estado tem a liberdade de fazer o que quer e o que considera mais condizente com o bem-estar da coletividade.
- Quer o Estado seja monárquico ou popular, a liberdade é igual, pois é a submissão do súdito que consiste na obrigação e sua liberdade.

### Visão de Hobbes

- Estado: meio de previdência e de preservação.
- Contrato social: ameaça da força da espada. Não é definitivo.
- Reduzir todas as vontades a uma só.

- A ordem estatal tem como base o indivíduo artificial.
- O homem prejudica o homem que vive com ele; eis o estado de natureza. Pessimismo.
- Medo da morte violenta e súbita; os homens fazem as guerras, mas a temem; eis uma das bases da ordem.
- Seres racionais – optaram pelos elementos que acabaram com as guerras.
- Não existe um pacto definitivo; Hobbes apesar de mecanicista não é evolucionista. A ordem não é eterna e depende dos homens.

### John Locke

- 1632 a 1704
- Características
- Liberal individualista, médico e protestante
- Inimigo do Absolutismo
- Preocupação com o governo civil
- 2º Tratado do Governo Civil
- É uma associação política, antiabsolutista, que busca o consentimento do povo e o direito natural
- Pensa ainda os limites terrenos do poder: separação do Legislativo e Executivo, direito à insurreição e contrato original

### Importante

- Demolir o direito divino dos reis
- Contrato social
- Distinção entre os poderes Legislativo e Executivo
- Limitação humana do poder político
- Direito de insurreição dos súditos

### Jus naturalismo

- Os direitos naturais protegem os homens, mesmo no estado de sociedade, contra os abusos do poder
- Direitos naturais devem limitar o poder social e fundar a liberdade
- Estado de natureza
- Regulado pela razão
- Permanência dos direitos naturais no estado de sociedade – fundam a liberdade
- Estado de perfeita liberdade e de perfeita igualdade
- Há o direito natural de punir – proteger o inocente daquele que quer lhe fazer mal
- Este não é arbitrário e absoluto
- Usado sob a razão tranquila e consciente, sem vingança ou irritação

### Estado de natureza

- Propriedade privada – apropriação segundo o trabalho e limitada por sua capacidade de consumo
- Se o estado de natureza era tão bom, por que houve a mudança?
- Pois aí cada um é juiz em causa própria
- Há a possibilidade de punição por vingança, irritação, interesse ou amor próprio
- O que faltava, portanto, ao estado de natureza?
- Faltavam leis estabelecidas e aprovadas por consentimento comum
- Juízes reconhecidos e imparciais
- Poder coercitivo
- Estado de sociedade
- Consentimento como base
- Não é um contrato de submissão
- 2 poderes: Legislativo e Executivo (confederativo)
- Legislativo: leis da natureza e da razão; leis publicadas e conhecidas; promovendo a paz, a segurança e o bem-estar

### Distinção de poderes

- Estado de natureza: direito a conservação de sua vida e bens e o direito de punir
- Estado de sociedade: Poder Legislativo – como devem ser empregadas as forças do Estado; Poder Executivo – assegura o cumprimento e a execução das leis positivas; Poder Confederativo – trata das questões exteriores

### Direito à insurreição

- Direito que garante que o Estado e os governantes cumpram somente as leis positivas
- Direito contra os abusos e contra o Absolutismo
- Contra o poder sem consentimento

### Fundamento de Locke

- CONSENTIMENTO para a instituição do corpo político

## Exercícios:

1. (UNESP 2014) – A China é a segunda maior economia do mundo. Quer garantir a hegemonia no seu quintal, como fizeram os Estados Unidos no Caribe depois da guerra civil. As Filipinas temem por um atol de rochas desabitado que disputam com a China. O Japão está de plantão por umas ilhotas de pedra e vento, que a China diz que lhe pertencem. Mesmo o Vietnã desconfia mais da China do que dos Estados Unidos. As autoridades de Hanói gostam de lembrar que o gigante americano invadiu o México uma vez. O gigante chinês invadiu o Vietnã dezessete. André Petry. O Século do Pacífico. Veja, 24.04.2013. Adaptado. A persistência histórica dos conflitos geopolíticos descritos na reportagem pode ser filosoficamente compreendida pela teoria

- a) iluminista, que preconiza a possibilidade de um estado de emancipação racional da humanidade.
- b) maquiavélica, que postula o encontro da virtude com a fortuna como princípios básicos da geopolítica.
- c) política de Rousseau, para quem a submissão à vontade geral é condição para experiências de liberdade.
- d) teológica de Santo Agostinho, que considera que o processo de iluminação divina afasta os homens do pecado.
- e) política de Hobbes, que conceitua a competição e a desconfiança como condições básicas da natureza humana.

2. (UNIOESTE 2011) – “A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. (...) Desta igualdade quanto à capacidade deriva a igualdade quanto à esperança de atingirmos nossos fins.

Portanto, se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo (...) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro. (...) Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama de guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens”.

Com base no texto citado, seguem as seguintes afirmativas:

- I. Os homens, por natureza, são absolutamente iguais, tanto no exercício de suas capacidades físicas, quanto no exercício de suas faculdades espirituais.
  - II. Sendo os homens, por natureza, “tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito” é razoável que cada um ataque o outro, quer seja para destruí-lo, quer seja para proteger-se de um possível ataque.
  - III. Na inexistência de um “poder comum” que “mantenha a todos em respeito”, a atitude mais racional é a de manter a paz e a concórdia na “esperança” de que todos e cada um atinjam seus fins.
  - IV. A condição dos homens que vivem sem um poder comum é de guerra generalizada, de todos contra todos.
  - V. O homem, por natureza, vive em sociedade e nela desenvolve suas potencialidades, mantendo relações sociais harmônicas e pacíficas.
- Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas I e V estão corretas.
- d) Apenas II e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

3. (UFPA 2013) – “Desta guerra de todos os homens contra todos os homens também isto é consequência: que nada pode ser injusto. As noções de bem e de mal, de justiça e injustiça, não podem aí ter lugar. Onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes

cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito. Se assim fosse, poderiam existir num homem que estivesse sozinho no mundo, do mesmo modo que seus sentidos e paixões”. HOBBS, Leviatã, São Paulo: Abril cultural, 1979, p. 77.

Quanto às justificativas de Hobbes sobre a justiça e a injustiça como não pertencentes às faculdades do corpo e do espírito, considere as afirmativas:

I. Justiça e injustiça são qualidades que pertencem aos homens em sociedade, e não na solidão.

II. No estado de natureza, o homem é como um animal: age por instinto, muito embora tenha a noção do que é justo e injusto.

III. Só podemos falar em justiça e injustiça quando é instituído o poder do Estado.

IV. O juiz responsável por aplicar a lei não decide em conformidade com o poder soberano; ele favorece os mais fortes.

Quais alternativas estão corretas?

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) I, III e IV
- e) II, III e IV

4. (UFSJ 2013) – Thomas Hobbes afirma que “Lei Civil”, para todo súdito, é

a) “construída por aquelas regras que o Estado lhe impõe, oralmente ou por escrito, ou por outro sinal suficiente de sua vontade, para usar como critério de distinção entre o bem e o mal”.

b) “a lei que o deixa livre para caminhar para qualquer direção, pois há um conjunto de leis naturais que estabelece os limites para uma vida em sociedade”.

c) “reguladora e protetora dos direitos humanos, e faz intervenção na ordem social para legitimar as relações externas da vida do homem em sociedade”.

d) “calcada na arbitrariedade individual, em que as pessoas buscam entrar num Estado Civil, em consonância com o direito natural, no qual ele – o

súdito – tem direito sobre a sua vida, a sua liberdade e os seus bens”.

5. (Enem Digital 2020) O fim último, causa final e desígnio dos homens, ao introduzir uma restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita; quer dizer, o desejo de sair da mísera condição de guerra que é a consequência necessária das paixões naturais dos homens, como o orgulho, a vingança e coisas semelhantes. É necessário um poder visível capaz de mantê-los em respeito, forçando-os, por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito às leis, que são contrárias a nossas paixões naturais. HOBBS, T. M. Leviatã. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (adaptado). Para o autor, o surgimento do estado civil estabelece as condições para o ser humano

- a) Internalizar os princípios morais, objetivando a satisfação da vontade individual.
- b) Aderir à organização política, almejando o estabelecimento do despotismo.
- c) Aprofundar sua religiosidade, contribuindo para o fortalecimento da Igreja.
- d) Assegurar o exercício do poder, com o resgate da sua autonomia.
- e) Obter a situação de paz, com a garantia legal do seu bem-estar.

6. (UFU 2011) Os filósofos contratualistas elaboraram suas teorias sobre os fundamentos ou origens do poder do Estado a partir de alguns conceitos fundamentais tais como, a soberania, o estado de natureza, o estado civil, o estado de guerra, o pacto social etc.

[...] O estado de guerra é um estado de inimizade e destruição [...] nisto temos a clara diferença entre o estado de natureza e o estado de guerra, muito embora certas pessoas os tenham confundido, eles estão tão distantes um do outro [...].

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

Leia o texto acima e assinale a alternativa correta.

- a) Para Locke, o estado de natureza é um estado de destruição, inimidade, enfim uma guerra “de todos os homens contra todos os homens”.
- b) Segundo Locke, o estado de natureza se confunde com o estado de guerra.
- c) Segundo Locke, para compreendermos o poder político, é necessário distinguir o estado de guerra do estado de natureza.
- d) Uma das semelhanças entre Locke e Hobbes está no fato de ambos utilizarem o conceito de estado de natureza exatamente com o mesmo significado.

7. (UNIOESTE 2013) “Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal.”  
Bobbio.

Considerando o texto citado e o pensamento político de Locke, seguem as afirmativas abaixo:

- I. A passagem do estado de natureza para a sociedade política ou civil, segundo Locke, é realizada mediante um contrato social, através do qual os indivíduos singulares, livres e iguais dão seu consentimento para ingressar no estado civil.
- II. O livre consentimento dos indivíduos para formar a sociedade, a proteção dos direitos naturais pelo governo, a subordinação dos poderes, a limitação do poder e o direito à resistência são princípios fundamentais do liberalismo político de Locke.
- III. A violação deliberada e sistemática dos direitos naturais e o uso contínuo da força sem amparo legal, segundo Locke, não são suficientes para conferir legitimidade ao direito de resistência, pois o exercício de tal direito causaria a dissolução do estado civil e, em consequência, o retorno ao estado de natureza.
- IV. Os indivíduos consentem livremente, segundo Locke, em constituir a sociedade política com a finalidade de preservar e proteger, com o amparo da lei, do arbítrio e da força comum de um corpo político unitário, os seus inalienáveis direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade.

V. Da dissolução do poder legislativo, que é o poder no qual “se unem os membros de uma comunidade para formar um corpo vivo e coerente”, decorre, como consequência, a dissolução do estado de natureza.

Das afirmativas feitas acima

- a) somente a afirmação I está correta.
- b) as afirmações I e III estão corretas
- c) as afirmações III e IV estão corretas.
- d) as afirmações II e III estão corretas.
- e) as afirmações III e V estão incorretas.

8. (UNIOESTE 2010) “Para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar em que estado todos os homens se acham naturalmente, sendo este um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhes as suas posses e as pessoas conforme acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer outro homem. [...] Estado também de igualdade, no qual é recíproco qualquer poder e jurisdição, ninguém tendo mais do que qualquer outro [...]. Contudo, embora seja um estado de liberdade, não o é de licenciosidade; apesar de ter o homem naquele estado liberdade incontrolável de dispor da própria pessoa e posses, não tem a de destruir-se a si mesmo ou a qualquer criatura que esteja em sua posse, senão quando uso mais nobre do que a simples conservação o exija. O estado de natureza tem uma lei de natureza para governá-lo, que a todos obriga. [...] E para impedir a todos os homens que invadam os direitos dos outros e que mutuamente se molestem, e para que se observe a lei da natureza, que importa na paz e na preservação de toda a Humanidade, põe-se, naquele estado, a execução da lei da natureza nas mãos de todos os homens, mediante a qual qualquer um tem o direito de castigar os transgressores dessa lei em tal grau que lhe impeça a violação, pois a lei da natureza seria vã, como quaisquer outras leis que digam respeito ao homem neste mundo, se não houvesse alguém nesse estado de natureza que não tivesse poder para pôr em execução aquela lei

e, por esse modo, preservasse o inocente e restringisse os ofensores”. (Locke)

Considerando o texto citado, é correto afirmar, segundo a teoria política de Locke, que

a) o estado de natureza é um estado de perfeita concórdia e absoluta paz, tendo cada indivíduo poder ilimitado para realizar suas ações como bem lhe convier, sem nenhuma restrição de qualquer lei, seja ela natural ou civil.

b) concebido como um estado de perfeita liberdade e de igualdade, o estado de natureza é um estado de absoluta licenciosidade, dado que, nele, o homem tem a liberdade incontrolável para dispor, a seu bel prazer, de sua própria pessoa e de suas posses.

c) pela ausência de um juiz imparcial, no estado de natureza todos têm igual direito de serem executores, a seu modo, da lei da natureza, o que o caracteriza como um estado de guerra generalizada e de violência permanente.

d) no estado de natureza, pela ausência de um juiz imparcial, todos e qualquer um, julgando em causa própria, têm o “direito de castigar os transgressores” da lei da natureza, de modo que este estado seja de relativa paz, concórdia e harmonia entre todos.

e) no estado de natureza, todos os homens permanentemente se agridem e transgridem os direitos civis dos outros.

9. A maneira pela qual adquirimos qualquer conhecimento constitui suficiente prova de que não é inato. LOCKE, John. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.13.

O empirismo, corrente filosófica da qual Locke fazia parte,

a) afirma que o conhecimento não é inato, pois sua aquisição deriva da experiência.

b) é uma forma de ceticismo, pois nega que os conhecimentos possam ser obtidos.

c) aproxima-se do modelo científico cartesiano, ao negar a existência de ideias inatas.

d) defende que as ideias estão presentes na razão desde o nascimento.

10. (UEL 2011) Leia o texto a seguir.

Locke divide o poder do governo em três poderes, cada um dos quais origina um ramo de governo: o poder legislativo (que é o fundamental), o executivo (no qual é incluído o judiciário) e o federativo (que é o poder de declarar a guerra, concertar a paz e estabelecer alianças com outras comunidades). Enquanto o governo continuar sendo expressão da vontade livre dos membros da sociedade, a rebelião não é permitida: é injusta a rebelião contra um governo legal. Mas a rebelião é aceita por Locke em caso de dissolução da sociedade e quando o governo deixa de cumprir sua função e se transforma em uma tirania.

(LOCKE, John. In: MORA, J. F. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Loyola, 2001. V. III. p. 1770). Com base no texto e nos conhecimentos sobre John Locke, é correto afirmar:

I. O direito de rebelião é um direito natural e legítimo de todo cidadão sob a vigência da legalidade.

II. O Estado deve cuidar do bem-estar material dos cidadãos sem tomar partido em questões de matéria religiosa.

III. O poder legislativo ocupa papel preponderante.

IV. Na estrutura de poder, dentro de certos limites, o Estado tem o poder de fazer as leis e obrigar que sejam cumpridas.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as afirmativas I e II são corretas.

b) Somente as afirmativas I e III são corretas.

c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.

d) Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.

e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

### **Gabarito:**

1. E. A visão naturalista de Hobbes vê a competição e a desconfiança como elementos constantes nas relações humanas, incluindo a política.
2. D. Para Hobbes, não somos iguais, como na afirmativa I; não há harmonia e concordância na ausência de um poder comum, como na afirmativa III e nem relações pacíficas, como na alternativa V.
3. B. Não há a noção do justo e do injusto, como afirma a afirmativa II e o juiz deve, no estado de sociedade, aplicar a lei do poder soberano e não do mais forte, como na afirmativa IV.
4. A. As leis civis são imposições do Estado social para definir o justo e o injusto.
5. E. Trocamos a liberdade infinita e insegura pela paz e a segurança de nossas vidas e nossos bens.
6. C. Na teoria de Locke, o estado de natureza não é, como em Hobbes, um estado de guerra, ou seja, o estado de natureza, em Locke, é distinto do estado de guerra.
7. E. O tópico III está incorreto, pois o uso do poder sem consentimento é razão suficiente para se rebelar contra um governo injusto enquanto o tópico V está incorreto já que a dissolução do legislativo nada tem a ver com o estado de natureza.
8. D. A ausência de um juiz ou corpo judiciário faz de todos os juízes das leis naturais.
9. A. Locke é um empirista e, portanto, não crê nas ideias inatas, mas sim que a experiência e os sentidos são fontes do nosso conhecimento.
10. E. Sob a legalidade, o direito à rebelião não pode ser exercido por conta do caráter justo desse mesmo governo.